

Resenha sobre “Religion privée, opinion publique”

Danilo Bilate*

BINOCHE, Bertrand. *Religion privée, opinion publique*. Paris: J. Vrin, 2012, 235p.

O teológico-político torna-se assim o *doxo-político* (p.186).

História da filosofia ou filosofia?

O livro de Binoche é um fantástico exemplar de historiografia filosófica erudita que serve para resolver questões filosóficas precisas, não se restringindo a um eruditismo estéril e sem consequências. É bem verdade que o próprio Binoche, num outro texto, magnífico aliás, classifica como “inocência” a oposição “terrivelmente tradicional” entre filosofia e história da filosofia.¹ Sim, porque é possível que a história (da filosofia) sirva à filosofia e é esse, precisamente, o *motus* de seu *Religion privée, opinion publique*. Permito-me continuar a usar esse outro texto, prefácio dedicado a Macherey, para servir-me da necessária e eficaz demolição que Binoche opera contra o douto discurso que petulantemente ousa delimitar *quem* ou *o que* é filosofia e o seu contrário. Esse discurso de poder que, como “gesto brutal” ou bem impede a classificação “filosofia” para alguns ou bem distingue entre os eleitos os “pequenos” e os “grandes” pensadores, esse discurso é demolido com leveza e elegância, para que Binoche possa evidenciar o devido respeito que pensadores franceses estudados por Macherey merecem² – o que, aliás, deveríamos levar em conta também quanto ao fazer filosófico brasileiro. Mas quero, com isso, dizer a vocês, caros leitores, que a obra de Binoche é um exercício filosófico *sui generis*, pouco importando aqui, justamente, o

* Professor adjunto do Departamento de Filosofia da UFRRJ. Seropédica, RJ, Brasil. Contato: danielobilate@yahoo.com.br

¹ BINOCHE, B. Quelle histoire, de quelle philosophie ? Préface. In : MACHEREY, P. *Études de philosophie « française »*. Paris : Publications de la Sorbonne, 2013, p.5.

² Ibidem, p.6.

que tal discurso institucionalizador possa ou não dizer dele (e muito menos se há o risco do meu dizer ser confundido com tal discurso). Se a erudição histórica, otimizada, pode servir à filosofia e pode, pois, ser filosófica ela mesma, *Religion privée...* é um desses casos.

Mas o exercício filosófico de resolução de problemas só se deixa ver, clara e espontaneamente, por algumas vezes, quando submerge sutilmente por entre a estupenda erudição historiográfica. Talvez por isso o livro pareça com frequência um convite, como se seu autor, não ousando dizer definitivamente o que é a opinião pública e tampouco ousando valorar cristalinamente a sustentação cultural de tal noção, deixasse ao leitor a empreitada. Sim, o convite é feito, mas apenas indireta e circunstancialmente e ao gosto do leitor, pois não é por falta de ousadia que Binoche não conclui aquelas tarefas, mas, ao contrário, porque elas não podem ser concluídas. Por isso, Binoche-filósofo se mostra apenas eventualmente ao leitor desatento, que não consegue o ver durante os outros momentos – mas ele está ali, todo o tempo. A questão é que ele não poderia mostrar-se mais abruptamente *sem* a historiografia.

Pelas palavras do próprio Macherrey, a propósito de outra obra – observação que, contudo, a nosso ver, vale para toda a obra binochiana:

Trata-se antes de filosofar com a história ou, seria preciso dizê-lo melhor ainda, com as histórias, seus fios múltiplos que se cruzam e se descruzam, seus pontos de tensão e de crise, que constituem, em razão mesma de sua singularidade, os lugares ou as ocasiões insubstituíveis de problematização. Então a história das ideias não tem apenas por missão satisfazer curiosidades vãs, como convém a uma disciplina subalterna, conforme o estatuto que lhe é muito frequentemente consentido: mas ela se torna uma insubstituível estimulação para um pensamento filosófico em ato o qual ela restitui sustentando-se no espírito de exame e não de sistema, sua dimensão fundamental interrogativa e suspensiva.³

História filosófica ou genealogia do sentido

Uma primeira constatação de sua importância filosófica só pode se dar mediante uma leitura subterrânea que, despreocupada com o tema central do livro (opinião pública) cultivado à superfície, cava por debaixo da terra para colher o que, apenas pelo mesmo trabalho, já se descobria presente em obras anteriores do autor, como, por

³ MACHERREY, P. [Sem título] In: BINOCHÉ, B.; KERVÉGAN, J-F. & MACHERREY, P. Table ronde autour du livre de Bertrand Binoche : *La raison sans l'Histoire*. In: *Philonsorbonne*, vol. 2. Paris: Sorbonne, 2008, Acesso em 11/10/2014. Disponível em: <http://philonsorbonne.revues.org/201>

exemplo, em *La raison sans l'Histoire*.⁴ Essa constatação é a respeito da concepção binochiana quanto ao *fazer* da história da filosofia.

Como o próprio autor explica em outro lugar, “o primeiro problema é, com efeito, o de saber sobre quais unidades se [o historiador] trabalha”. E Binoche responde o que pareceria à primeira vista uma obviedade: o historiador da filosofia trabalha sobre as palavras. Mas na palavra, ele continua, “é preciso então distinguir a palavra simples, o conceito, o esquema e a palavra-mestra”.⁵ É com essa distinção tornada clara que se pode então delimitar o devir de uma noção, exatamente o que se propõe fazer a propósito do sintagma “opinião pública” ao longo de *Religion privée...*

Isso significa que um filósofo [estudado pelo historiador] emprega significantes dos quais, para argumentar, ele faz por vezes universais teoricamente necessários, universais que se agenciam segundo modalidades originais que comandam metaconceitos, e isso ele o faz contra a ideologia cujos pontos cegos são referências obrigatórias, tanto mais indiscutíveis quanto parecem ao mesmo tempo evidentes e fundamentais [...] Assim, a língua, a teoria e a ideologia são três níveis que convém distinguir abstratamente para melhor compreender, de fato, como sua demarcação empírica não é nunca tão garantida quanto se gostaria.

Ao operar essa história filosófica a propósito da noção de “opinião pública”, Binoche pretende contribuir para a construção espiritual europeia, por tornar inteligível “o formidável espaço de maus entendidos” que sempre estiveram presentes nesses “conflitos de argumentação”⁶ nunca transpostos por qualquer filósofo. Se a opinião pública, como opinião e pública, é o terreno por excelência do conflito infrutífero, a sua noção racionalmente identificável é também um malogro, como muitas das noções que se quer racionalmente identificáveis: arte, liberdade, esquerda... Por isso, se a relação entre universais, metaconceitos e ideologia deve ser levada em conta seriamente pela história da filosofia filosófica que pretende tornar inteligível o devir de uma noção qualquer, não seria diferente com a noção de opinião pública, essa mesma que diz, ela mesma, o vir-a-ser desorganizado de toda e qualquer noção. Para fazê-lo, ele segue o que é realmente um método binochiano – ou o “estilo Binoche”⁷ – presente em toda sua obra: ele compara as filosofias, o que significa “acompanhar os filósofos, filosofar com

⁴ Paris, Presses Universitaires de France, 2007.

⁵ BINOCHÉ, B. Histoire comparée et philosophie de l'histoire, « Histoire comparée ». In: *Table ronde autour...* Op. Cit.

⁶ Ibidem.

⁷ KERVÉGAN, J-F. À propos de *La raison sans l'histoire* de Bertrand Binoche. In: *Table ronde autour...* Op. Cit.

eles e contra nós, à espreita de tudo o que pode inquietar um pouco as falsas aquisições de nossos ensinamentos”.⁸

Assim, após oferecer ao leitor um resumo da situação contemporânea do estudo do que seja a opinião pública – uma espécie de introdução que leva em conta Habermas, Foucault, Bourdieu e outros (“État des lieux”, pp.7-20) – após fazê-lo, eu dizia, é analisada uma série impressionante de autores, principalmente franceses mas não apenas, sobretudo do século XVII ao XIX: Bayle, Montesquieu, Rousseau, Diderot, Voltaire, d’Holbach, Hobbes, Constant, Madame de Staël, Chateaubriand, Condorcet, Kant, Godwin, Balzac, Tocqueville, Maupassant... e tantos outros! E ele o faz para que se consiga filmar (“fotografar” diria uma analogia imprópria) as transformações semânticas do sintagma “opinião pública” e os seus variantes: estima pública, crença pública, opinião da multidão, opinião de todos, razão geral, julgamento geral e uma infinidade de outras variantes que são gentilmente organizadas em anexo ao livro (pp.215-219). Esse esforço de fôlego serve para realizar uma genealogia, no sentido nietzschiano, como já marcaram algumas resenhas⁹ e o próprio autor (p.165). Se uma delas conclui que o livro de Binoche “faz a gênese não tanto do conceito [de opinião pública], mas da expressão em sua acepção moderna”,¹⁰ ressalvo apenas que o que Binoche parece defender é que o estudo histórico da gênese do conceito é precisamente a genealogia de sua “expressão”. Segundo Macherey, em resumo:

Religion privée, Opinion publique, obra consagrada ao exame da formação do sintagma “opinião pública”, palavra-mestra ou conceito?, exige muito de seu leitor. Isso se deve, por um lado, ao caráter particularmente limitado da proposta: em um espaço relativamente restrito se acha concentrada uma grande quantidade de referências tomadas emprestadas de horizontes muito diferentes, convocados com vistas às esclarecer a noção de opinião pública, que é assim substituída em seu devir efetivo, e não tratada frontalmente como uma entidade cuja identidade seria de uma vez por todas fixada, e em consequência suscetível de ser definida no abstrato; para não perder o fio dessa exposição, cuja matéria é particularmente rica, é preciso consagrar uma atenção a todos esses detalhes, sem perder de vista o fio condutor de seu encadeamento.¹¹

⁸ BINOCHE, B. Histoire comparée et philosophie de l’histoire, « Histoire comparée », Op. Cit.

⁹ PÉTEL, G. [Sem título; resenha] Acesso em 17/10/2014. Disponível em: <http://www.ahnne-et-petel.fr/article-religion-privée-opinion-publique-bertrand-binoche-vrin-105792511.html> E, além dessa, ver também a de: CHOTTIN, M. *Ce qui fait l’opinion*. Acesso em 15/10/2014. Disponível em: <http://www.laviedesidees.fr/Ce-qui-fait-l-opinion.html>

¹⁰ CHOTTIN, M. *Ce qui fait l’opinion*, « La tolérance et ses paradoxes » Op. Cit.

¹¹ MACHEREY, P. Compte rendu de Bertrand Binoche, *Religion privée, Opinion publique*. In: *Methodos*, vol.14, 2014, §1. Acesso em: 14/10/2014. Disponível em: <http://methodos.revues.org/3770>

De todo modo, essa busca por tornar inteligível esse *processus* histórico, identificando a palavra simples, o conceito, o esquema e a palavra-mestra é o que autor chama de “filologia filosófica” que consiste em investigar como um termo ou um sintagma ganha o “estatuto de um conceito” (p.109). Curioso e não sem propósito lembrar que o próprio Nietzsche, na famosa nota ao fim da Primeira Dissertação da *Genealogia da moral*, sugere o intercâmbio entre os estudos históricos e os das ciências da linguagem para identificar a história dos valores. É disso que se trata aqui: uma genealogia que, como história axiológica, pretende desvelar um sentido; tosco, maleável, impreciso, mas o único sentido que pode ser desvelado a partir da multiplicidade empírica dada. Trata-se, pois, de “interrogar pelo estatuto de uma entidade com contornos instáveis”, tarefa dada a, diz Binoche, “nós, filósofos” (p.20). E esse estatuto é reconhecido claramente quando o sentido se estabiliza “reflexivamente numa definição”, o que só é possível mediante uma “memória terminológica” (p.120).

O filósofo-filólogo-genealogista deve sempre considerar que “uma palavra pode conservar o mesmo sentido tendo uma função discursiva nova, [e] ela pode, ao contrário, ocupar a mesma função e mudar de sentido” (p.109). Do mesmo modo, ele deve atentar ao fato de que o “conceito é *dissociável* do significante e que é preciso, pois, evitar fetichizá-lo: o que importa que haja a palavra desde o momento em que se tem a ideia!” (p.121). Mas essas medidas não garantem a eficácia do trabalho investigativo: por isso, Binoche alerta que se trata de um trabalho típico não de um “erudito convencido”, mas sim de um “amador inquieto” (p.109), um trabalho portanto incerto:

As palavras são mais ou menos raras, mais ou menos equívocas, e se é assim, a partir de quando corretamente será autorizado falar de um “conceito” no sentido estrito? Pois bem, justamente, é aí ainda uma questão de gosto, um tato próprio ao filólogo, sempre discutível, mas talvez esclarecedor (p.122).

A hipótese central do livro, que guia toda a investigação genealógica, é a de que é quando os assuntos religiosos se tornam assuntos privados, única saída possível para a demanda crescente por tolerância, que é nesse momento então que a opinião pública surge, como fenômeno e como conceito. Daí se explica que a expressão “religião privada” tenha sido escolhida para o título, embora seja absolutamente inegável que “opinião pública”, mesmo recebendo a mesma atenção pelo título escolhido, é em verdade o centro de toda a pesquisa proposta. O livro se divide em duas grandes partes.

A primeira é dedicada à questão da tolerância e serve para embasar a hipótese central de que é quando a religião se torna privada que a opinião se torna pública. A segunda é dedicada à continuidade do estudo relativo à opinião pública, tema central do livro, que ganha nessa parte sua genealogia.

A demanda por tolerância leva à religião privada

Em um artigo à parte, Binoche explica bem a hipótese do livro (“é porque a religião se torna privada que a opinião se torna pública”, p.17), hipótese que leva à necessidade de uma pesquisa genealógica sobre o uso do sintagma “opinião pública”:

A questão histórica que frequenta então os espíritos foi a seguinte: como conceber uma reflexividade social não religiosa, uma reflexividade social *efetivamente atea*? É aqui que aparece o conceito moderno de opinião pública. Ele significa, com efeito, que o corpo político deve daí em diante se pensar, não através de um conjunto dogmático justificada pela autoridade, mas no quadro de um espaço de confrontação razoável de inteligências. A tolerância nos induzia a aceitar o desacordo por falta de opção, induziamos a nos resignarmos com isso; a opinião pública retoma essa percepção e transforma esse conflito no motor mesmo da sociedade. Nós não devemos viver pacificamente juntos *malgrado* nossos desacordos; nós devemos nos aperfeiçoar juntos *pelo meio* de nossos desacordos.¹²

Isso porque se a tolerância representa a “disjunção” entre a religião e o laço civil, a opinião pública faz as vezes do que foi perdido, reconstitui ou tenta reconstituir esse laço antes desmembrado pela diferença de credos religiosos. E, por isso, para entender o que é a opinião pública, faz-se preciso antes realizar uma “regressão especulativa e identificar os requisitos intelectuais de sua aparição”, isto é, identificar o contexto da demanda social por tolerância (p.18).

Se haveria ainda a “velha convicção” de que para os homens viverem em harmonia eles precisam ter a mesma crença religiosa, como em Hobbes por exemplo, segundo Binoche essa posição é invertida quando se afirma que, ao contrário, a paz teria “por condição a renúncia durável à uniformidade das crenças”, inversão exemplificada por Locke ou Bayle (p.32). É somente após essa inversão que, reconhecendo aos indivíduos o seu direito de determinar seu *credo*, se estabiliza o corpo político (p.35). Com esse reconhecimento, se torna possível então “coabitar no desacordo” (p.37).

¹² BINOCHE, B. Opinion publique, Idéologie et idéologie. In: *Scienza & Politica*, vol. XXV, no. 47, Bologna, 2012, pp. 35-36

Chama atenção, nessa virada, precisamente a contribuição de Bayle, autor que introduz a pergunta que “nenhum pensador das Luzes poderá se dispensar de responder”, qual seja, a que procura saber se “uma sociedade de ateus é possível” (p.49). Segundo Binoche, com ela, em verdade, o que se pergunta é se é preciso quaisquer crenças em comum, religiosas *ou não*, para que haja o laço social. E tal pergunta, assim entendida, denuncia o momento em que o paradoxo facilmente reconhecido – “nós só podemos viver em paz aceitando, de uma vez por todas, renunciar a ficar de acordo sobre o essencial” – é contraposto ao paradoxo de si mesmo, o paradoxo do paradoxo: “aquilo que abandonamos ao desacordo torna-se *ipso facto* não essencial” (p.51). Assim, o que antes era considerado crucial para a manutenção do laço social se torna vulgarizado, sem importância, porque é preciso tolerar a discordância: as opiniões religiosas tornam-se “simples ‘opiniões religiosas’ *porque* se decidiu tolerá-las” (p.55).

Dessa constatação se segue a fácil compreensão do porquê de muitos pensadores das Luzes terem tentado edificar uma religião natural para “afastar o ateísmo”, como Voltaire: tratava-se da tentativa de “afirmar um acordo universal sobre essa dogmática elementar” que evitaria a intolerância (p.60), muito embora, evidentemente, não ainda aquela relativa ao próprio ateísmo. Daí a necessidade do passo seguinte, o do materialismo, que estabelece “uma moral natural violentamente cortada de toda transcendência”, como a de d’Holbach (p.65). Tal passo, contudo, mantém ainda uma ortodoxia (*orthos – doxa*), ainda que agora imanente: a religião é substituída pela moral e “nada mudou” (p.70). É com Condorcet e com Constant, finalmente, que se chega a uma moral laica: o *credo* passa a ser considerado como um “sentimento irreduzível a toda forma” e, com isso, ele não pode mais ser redutível a qualquer instituição (pp.72-73).

A laicização dos laços sociais, operada graças à demanda por tolerância, leva a religião ao privado. A tolerância se torna possível não mais como *tolerare*, porque nenhum peso precisa mais ser carregado. O peso se esvai porque agora o público passa a ser o lugar do desacordo: o outro não precisa mais ser tolerado, porque ele é delimitado, como outro, na esfera da individualidade. Se há algo que permanece em comum com o outro, é essa coisa estranha, abstrata, intangível, esse poder de *comun*-icação da velha e famigerada *doxa*: “A opinião pública aparece então como o *Aufhebung* da tolerância,

sua supressão e sua verdade, o que a nega levando-a a suas virtualidades mais altas” (p.105).

A genealogia da “opinião pública”

Tal é o contexto do surgimento da opinião pública. Mas como ela emerge como conceito? Para respondê-lo, Binoche realiza um trabalho estupendo de levantamento das ocorrências do sintagma nas obras de pensadores europeus. Ao fazê-lo, ele identifica a trajetória de seu devir e, nela, suas contradições. Contradições tais como a “ambiguidade constitutiva do conceito” (p.86), que consiste em significar ora a “faculdade de deliberação coletiva” (p.80), ora a opinião “esclarecida pelos escritores”, portanto, como uma “crença” ou algo passivo, um “depósito da razão” (p.85).

Trata-se sempre, contudo, de opinião, *doxa*, nunca ciência, *epistème*, que não pode, por isso, “fornecer qualquer garantia de certeza” (pp.122-123). De toda maneira, ainda que possa ser considerada eventualmente falsa, ela “produz seus efeitos” (p.125) e só por isso já é um fenômeno político digno de interesse investigativo. Entendida como opinião pura e simplesmente, opinião *tout court*, vítima do “furor das paixões”, frequentemente irracional, a *doxa* pública é um “caos de representações” (pp.125-126). O sintagma significa então o equívoco fruto do fato de que, porque todo mundo fala de algo, “não se pode mais saber muito bem sobre o que se fala” (p.126), o que é ilustrado por Guy de Maupassant em passagem literária que Binoche acrescenta como anexo a seu livro (pp.221-227).

Mas quais são os ancestrais do conceito? Além da opinião *tout court*, são as “luzes públicas” ou a “razão pública” em Rousseau (p.126), e a última também em Montaigne, a “razão geral” em Hobbes (p.128), ainda sem o termo central que remonta à *doxa*, dentre outras... até que a própria expressão “opinião pública” surja em Rousseau, Mercier e Madame de Staël, embora ainda sem um significado preciso – de todo modo urge a constatação: “a opinião pública é uma força recente: ela tem simplesmente a idade das Luzes mesmas!” (p.131). Sobre a imprecisão semântica do sintagma, nada mais sintomático do que Paine que vê na “opinião propriamente dita” o “resultado da razão e da reflexão” (Paine *apud* Binoche, p.133). De outro lado, seguindo seu devir, ela se torna “um tipo de fé”, uma “nova crença”, uma “doutrina pública”, como já diagnosticara Condorcet e Diderot (pp.138-140).

Então, contra isso que surge e se consolida a dura penas como a dita “opinião pública”, isso que parece retomar o caráter de *credo*, contra ela, por um lado, é preciso lutar pela formação de um “entendimento público” e para isso é cunhado o termo Ideologia por Destuut de Tracy (p.158), significante que, como sabemos, terá seu próprio *processus* tortuoso de (tentativa de) consolidação semântica.¹³ Nesse momento, por outro lado, mais precisamente no início do século XIX, o “liberalismo nascente”, sobretudo inglês, institucionalizará sistematicamente a expressão, fazendo girar em torno dela, como em “órbita”, usos anteriores tais como estima pública, confiança pública e voz pública (p.164): “Assim, as significações arcaicas são agregadas em torno do conceito moderno que lhes confere retroativamente uma coerência de conjunto da qual elas eram desprovidas na origem” (p.165).

Mas por que, dentre tantas expressões, é justamente “opinião pública” a que se consolida em uso? Ora, “não é por acaso que um significante se destaca em relação a outros” e, então, continua Binoche, se para a formação de um conceito a “univocidade parece uma exigência”, não é o mesmo caso para uma palavra mestra – e é justamente a diversidade própria à expressão “opinião pública” que serve bem ao uso que dela se faz, até porque a “linguagem política tem necessidade” da “diversidade de sentido” (p.166). Se “opinião pública” foi, mal ou bem, um conceito, ela passa rapidamente a ser uma palavra mestra, com toda equivocidade que esse estatuto pressupõe (p.167) e continua, por isso mesmo, até o século XX, e até hoje, a passar por esse “processo de redefinição polêmica permanente” (p.172), ao ponto de alguns considerarem-na uma ficção (pp.172-177). O que hoje parece claro, entretanto e enfim, é que ela serve para sustentar o discurso autoritário, que mantém, por um “mimetismo igualitário” e a subsequente “interdição do debate”, a servidão (pp.202-204) – precisamente o que o projeto das Luzes quis exterminar!

Nas últimas páginas, pois, Binoche parece adotar um tom pessimista, oposto ao de Habermas, com quem ele volta a dialogar (p.212), por identificar a situação atual de um “consenso irrefletido” (p.213). Segundo Champeau, o livro de Binoche é “pessimista” ou talvez antes “realista”, na medida em que, pela tarefa de retrair “a

¹³ Ver, sobre a relação entre Ideologia e opinião pública, todo o artigo de Binoche já citado: *Opinion publique, Idéologie et idéologie*. Ver especialmente o comentário rápido sobre a relação com o conceito foucaultiano de “subjetivação”, que pretende substituir o marxista de Ideologia, aperfeiçoando-o: “é claro que se arrisca sempre fazer retornar pela janela o que se tirou pela porta” (p.42). Ver também a página 197 do livro *Religion privée...*, onde Binoche aproxima as duas noções – Ideologia (não necessariamente marxista) e opinião pública – da nietzschiana de “valor”.

história da noção de opinião pública”, reconhece os “perigos” pelos quais tal noção passou e ainda passa. Tais perigos poderiam ser resumidos pela constatação histórica de que a opinião pública se tornou um “falatório contemporâneo”, como exemplifica a internet, na medida em que foi “reduzida às cinzas de opiniões voláteis e justapostas, onde se opera um nivelamento (todas as opiniões se valem)”. Ainda segundo Champeau, Binoche se mostraria no fim da obra como um “defensor liberal da ideia democrática de opinião pública”.¹⁴ De fato, é difícil classificá-la, mas se a filosofia política de Binoche pode até ser um realismo democrata-liberal, o que parece mais inquestionável é que ela lamenta o malogro da defesa liberal da opinião pública. De todo modo, essa filosofia está ali, pronta para ser colhida pelo leitor atento, em todo o livro.

Recebido em: 20/11/2014 – Received in: 11/20/2014

Aprovado em: 24/11/2014 – Approved in: 11/24/2014

¹⁴ CHAMPEAU, S. *Au sujet de "Religion privée, opinion publique" (B. Binoche)*. Acesso em 15/10 /2014. Disponível em: <http://globernance.org/s-champeau-au-sujet-de-religion-prive-opinion-publique-b-binoche/>